

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DA DEFESA, CELSO AMORIM, À JORNALISTA MIRIAM LEITÃO

Veiculada em 26 de junho de 2014 no programa Globonews Miriam Leitão

Degração da íntegra da entrevista:

Miriam Leitão: As três Forças Armadas enviaram para a Comissão Nacional da Verdade relatórios sobre sindicâncias que fizeram a respeito de mortos, desaparecidos e torturas dentro de instalações militares. Elas disseram que não houve desvio de função. Essa resposta causou perplexidade. É sobre isso que eu vim conversar com o Ministro Celso Amorim, da Defesa. Ministro, a Comissão Nacional da Verdade mandou um pedido bem detalhado, com casos específicos de mortes, de torturas, laudos cadavéricos feitos até em hospitais militares, testemunhos como o de Alex Polari, sobre a morte do estudante Stuart Angel na Base Aérea do Galeão. Tudo foi muito específico, e os militares responderam com respostas burocráticas sobre questões administrativas. Por que isso?

Ministro Celso Amorim: O nosso objetivo aqui, o meu objetivo, especialmente, tem sido cooperar ao máximo com a Comissão Nacional da Verdade. Promovi, inclusive, o diálogo entre as Forças Armadas e a Comissão da Verdade, promovi reuniões envolvendo os comandantes militares e membros da Comissão da Verdade. Depois tive um outra reunião com senadores da Comissão de Direitos Humanos, visitas tem sido feitas amplamente – isso não ganha tanta publicidade quando as coisas ocorrem positivamente. Agora, eu acho que no caso específico dessa sindicância, o foco das perguntas, na minha leitura – pode até ser que a própria Comissão da Verdade, que seguramente vai comentar as respostas, diga outra coisa –, mas o foco das perguntas é muito administrativo. Até consigo entender as razões pelas quais a Comissão da Verdade tenha feito isso, ela mesma explica em função da imprescritibilidade de delitos administrativos, mas é muito voltada pra isso. Ela não pergunta na realidade se essas pessoas foram torturadas ou mortas, isso ela assume que ocorreu, baseada em depoimentos, baseada em outras circunstâncias - o próprio Estado brasileiro, de certa maneira, já reconheceu isso ao pagar indenizações a essas pessoas, fato aliás que é mencionado. Na realidade, ela focaliza muito na destinação dos imóveis. E com essa pergunta, digamos, a resposta terminou sendo também uma resposta formal, aliás, inclusive, em uma das respostas há até o uso dessa palavra, “não houve o desvio formal da destinação, não há registros de que tenha havido”. Por motivos diversos, eles alegam. Uns falando da Lei de Segurança Nacional, que permitiu o uso das instalações militares. No caso da Marinha, há uma referência específica a um aviso ministerial, que fez com que a Ilha das Flores fosse usada como centro de detenção. Então, na verdade, as respostas enfocaram nesse aspecto.

Miriam: Então a Comissão fez as perguntas erradas, Ministro?

Ministro: Não, não acho que a Comissão da Verdade fez as perguntas erradas, primeiro que eu não vou julgar a Comissão da Verdade. Eu acho que ela não fez as perguntas que não precisava fazer, porque sobre os outros assuntos ela já tem os depoimentos. E as Forças Armadas não negam, nem comentam aquilo, elas não contestam. Elas simplesmente não entram. Veja bem, se um estabelecimento, qualquer que seja, militar ou outro, for usado para tortura, isso não é um ilícito administrativo, isso é um crime. Então, não é nesse ponto, ela está muito detida, e eu acho que porque, provavelmente, imagino, não sei, a comissão precisa

ter um quadro global – quem determinou, quem disse que aquele órgão poderia ser usado, etc. Especificamente sobre as torturas, ela não faz nenhuma pergunta, ela afirma, e essas afirmações não são contestadas.

Miriam: Mas assim, desvio de função é o seguinte: uma coisa é o DOI – Destacamento de Operações e Informações prender e usar aquele espaço para prender os adversários do regime, uma outra coisa é matar pessoas...

Ministro: Isso não é um desvio de finalidade, isso é um crime. Se você for na minha sala e eu praticar um roubo, eu não estou apenas desviando a finalidade do Ministério, eu estou praticando um crime. Então, é uma coisa diferente. Outro tipo de delito.

Miriam: Eu fiquei impressionada nos relatórios que eu li. Eles se pegam a todo tipo de detalhe administrativo que não tem nada a ver com coisa nenhum que o país está querendo saber.

Ministro: Mas você leu o Ofício das perguntas?

Miriam: Eu li também. Eles descrevem e aí perguntam se não há desvio de finalidade. Ok, por que...

Ministro: Várias vezes é repetida a expressão “as circunstâncias administrativas...”

Miriam: O senhor acha que a Comissão Nacional da Verdade queria saber das questões administrativas tipo, se o TCU ...

Ministro: ... há perguntas muito específicas. Como foram feitos os pagamentos. Enfim, há perguntas específicas para esse fim, como foi designado pessoal... Miriam, eu não sei, eu acho que tudo isso é uma questão que vai no tempo. Eu acho que isso ajuda a compor um quadro. E queria justamente frisar muito isso: muitos dos depoimentos e muitas das evidências foram colhidas com visitas às instalações militares. E os depoimentos também têm sido feitos sem nenhum instrumento de obstrução. Já li em outras colunas, em outros jornais, que no passado havia um constrangimento e uma dificuldade de pessoas que queriam fazer depoimentos e não podiam, porque eram constrangidos pelas chefias, etc. Isso não está ocorrendo. Todo mundo está fazendo depoimentos e os dados estão aparecendo. Algumas das visitas foram feitas junto com as próprias vítimas. Agora, a razão pela qual a Comissão da Verdade escolheu a via administrativa, eu não sei. Eu acho que tem a ver, na minha impressão, com esse desejo de formar um quadro geral. E segundo com o fato da imprescritibilidade dos delitos administrativos, que é um problema que eu não vou discutir, mas enfim. Então, talvez tenha sido essa razão que ela tenha caminhado por esta, e as respostas, se você me disser que são formais, eu concordo, até acho que são formais, mas, digamos, elas não são mentirosas, não achei que fossem, nem elas descumprem formalmente o que foi perguntado, agora nos decepcionam...

Miriam: Elas omitem a questão principal. A questão principal é as pessoas foram mortas dentro de instalações militares, foram torturadas e não foi pra isso que foram instaladas as instalações militares. Elas existem para defender o Brasil. Elas existem pelo papel institucional das Forças Armadas. Não para torturar ou matar

Ministro: Não tenha a menor dúvida, torturar e matar é errado em qualquer lugar

Miriam: não tenho a menor dúvida que o Senhor acha isso.

Ministro: Eu acho isso e a sociedade brasileira acha isso

Miriam: Mas seus comandados não acham, pois como Ministro da Defesa, o senhor é comandante dos comandantes militares. O senhor não deveria levá-los a tomar uma decisão sobre isso? Do que eles fizeram nesse relatório aí foi tergiversar a questão fundamental que se pergunta.

Ministro: Eu posso dar minha opinião?

Miriam: Sim, o senhor está aqui para dar sua opinião

Ministro: Obrigada. Eu acho o seguinte: nós estamos completando uma transição. Parece brincadeira você dizer isso, porque que a transição começou muito atrás, mas estamos completando a transição, e acho que a última etapa dessa transição, espero eu, é justamente o relatório da Comissão da Verdade. A Comissão da Verdade vai produzir um relatório e todos terão que se posicionar diante dele. Agora, quanto às respostas em si, elas atendem ao que foi perguntado formalmente. Não houve nenhuma pergunta, “o senhor confirma que houve tortura e morte?”. Até porque eu sei que a resposta seria, “todos os documentos da época foram destruídos”. É o que eles sempre dizem, aliás. Por outro lado, eu acho interessante não ter havido nenhum esforço e pretensão em negar os fatos, não é? E houve até uma lembrança das diretrizes presidenciais que criavam os DOI-CODI na época, um aviso ministerial. Isso permite compor o conjunto da narrativa. No dia que mandei o ofício fiz questão de ligar para o presidente da Comissão da Verdade e disse “olha, estamos abertos à cooperação. Se houver outras perguntas, vamos continuar conversando”.

Miriam: Ministro, o jornalista Zuenir Ventura disse o seguinte “ se não é desvio de função, então era norma. O que o Senhor diz dessa conclusão do jornalista?

Ministro: Eu acho que tortura e assassinato de uma pessoa indefesa, assassinato qualquer, mas sobe tudo de uma pessoa indefesa, que está sob custódia, é algo indefensável. Se isso era norma explícita, ou não, eu creio que não, mas implícita talvez fosse, infelizmente. Era um governo ditatorial, ninguém vai discutir isso. Você sabe muito bem que eu deixei meu cargo na Embrafilme porque autorizei a elaboração de um filme, pago pela empresa, e que o tema da operação Bandeirante era o tema central. Então, o que aconteceu é uma coisa, agora eu tenho que fazer um esforço. O Brasil precisa de Forças Armadas, e os militares de hoje não são os militares de ontem. Nós precisamos dialogar com esses milhares de hoje, e é preciso que haja uma confiança. Eles são importantes para o Brasil, para a questão do Alemão, para a questão da Copa, para a questão da Maré, para nos defender de ameaças que nos não sabemos que podem existir, mas que podem ocorrer ao Brasil, como já ocorreu no passado. Então, nos temos que com eles ter um diálogo, e talvez ser capaz de separar, e eles também tem que ser capazes de separar. Agora, isso é um processo. Eles têm que ser capazes de separar o que foi o passado e o que é hoje. O 31 de março já não é mais comemorado, isso foi um passo, era até bem muito pouco tempo atrás, pelo menos ostensivamente. É um passo. Precisa dar outro passo? Eu estou de pleno acordo que precisa. Agora, eu acho que em vez de a gente pensar que todos os passos em que ser dados agora, para subsidiar o trabalho da Comissão da Verdade, nos temos que facilitar o trabalho da Comissão da Verdade, que é o que nos temos feito, com respostas às perguntas que são formuladas, com visitas, não só deles, mas de parlamentares. Pense bem, eles foram visitar uma das sedes da Polícia do Exército. Então, isso são passos muito importantes para que o quadro se forme, uma vez que o quadro todo esteja formado, talvez tenhamos que dar outros passos.

Miriam: Mas Ministro, exatamente sobre esse seu raciocínio de que as Forças Armadas de hoje não são as Forças Armadas de ontem, eles mesmos não fazem essa separação de gerações quando não admitem os erros do passado. Eles não deveriam, até para preservar a instituição, fazer essa separação? Por exemplo, no documento do Exército ele fala exatamente isso “A instituição Exército Brasileiro”, então, portanto, está falando em nome da instituição. E não faz a separação com esses crimes que aconteceram no passado.

Ministro: Você quer a minha opinião pessoal? Acho que devem. Mas isso você não faz com uma ordem, isso é uma mudança cultural, porque a ordem ele pode até obedecer. Agora eu acho que isso é uma mudança cultural que vem aos poucos. Eu acho que essa ordem depende do diálogo, e do diálogo com a Sociedade Brasileira. Não seria evidente, num passado ainda recente, eu trazer aqui para conversar a Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Senado, acompanhada de outro senador, não seria evidente que as visitas tenham transcorrido em total normalidade, inclusive com as pessoas que se disseram, e eu creio que é verdade, vítimas de fatos lá dentro. Não seria evidente que houvesse um almoço, então são passos que nos estamos dando. Agora, há outros fatos, há outras percepções culturais das corporações que existem, como é que isso se concilia é uma coisa complicada. Eu não vou entrar aqui numa discussão filosófica, ou sociológica, do problema das culpas coletivas (...), mas você sabe que é uma coisa complicada. Eu acho que o tempo vai fazer com que isso ocorra. Eu que o primeiro passos é eliminar as coisas oficiais – comemoração do dia 31 de março, essas coisas. Nunca ouvi nenhum militar defender a tortura sob nenhum aspecto, nem direta nem indiretamente.

INTERVALO

Miriam: Hoje estou conversando com o Ministro Celso Amorim sobre as questões da Defesa brasileira e sobre a sindicância feita nas Forças Armadas que foi pedida pela Comissão Nacional da Verdade. Ministro, o senhor falou em uma das suas respostas sobre as outras questões em relação ao papel das Forças Armadas. O Ministério da Defesa tem 15 anos. Quinze anos que o poder civil passou a comandar o poder militar. Que balanço que o senhor faz e qual é o papel das Forças Armadas hoje no Brasil?

Ministro: O balanço que eu faço é positivo. Muitas coisas foram feitas pelos meus antecessores, por exemplo, a criação do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, subordinado diretamente ao Ministério da Defesa, ao ministro da Defesa – embora o Ministério tenha 15 anos esse fato só tem quatro. O Ministro da Defesa hoje está na cadeia de comando inclusive das operações militares, antes era uma espécie de administrador etc. Isso é uma coisa importante. Temos um secretário-geral civil no mesmo nível dos comandantes, estamos desenvolvendo um instituto de estudos de defesa que é civil, Instituto Pandiá Calógeras, que foi o único ministro da guerra que era civil, durante a Primeira República. Enfim, esses são avanços e as discussões, eu acho que são cada vez mais amplas com a sociedade, com a universidade. Hoje há um grande número de cursos voltados para Defesa, alguns ligados às relações internacionais outros não. Claros que alguns fatos concretos são muito evidentes, basta você olhar: se tem uma seca ou uma enchente, a primeira coisa que você vê são as fardas. Isso é uma coisa. No caso da Maré, entrou a polícia, mas, pra segurar, entraram as Forças Armadas...

Miriam: Isso que eu queria perguntar ...

Ministro: Agora, eu sempre gosto de acrescentar uma outra coisa, porque a gente só pensa nisso que é o mais visível. O Brasil não pode ser a sétima economia do mundo e não ter uma defesa capaz de dissuadir potenciais inimigos, que não são os nossos da região. Na região, eu digo, a melhor dissuasão é a cooperação.

Miriam: Sobre o que o senhor falou sobre o papel das Forças Armadas dentro de questões internas, houve um momento, logo depois do fim da ditadura, que tinham medo de chamar as Forças Armadas pra qualquer coisa. Agora eles ajudaram no Rio de Janeiro, no Alemão, agora na Maré, nos grandes eventos, na retirada dos não indígenas em terras indígenas, na Copa do Mundo. O Senhor acha que estão sendo chamadas demais?

Ministro: Olha, eu penso como que aquele pensador chinês, que diz que “a melhor batalha é aquela que não precisa ser travada”. Acho que está na medida certa, porque a presença dos

militares tem um fator dissuasório muito grande, saber que as Forças Armadas estão ali. Agora, eu acho que sempre se tem que fazer o possível para evitar, ou seja, ela é uma força de última instância. Se se perder totalmente o controle, afinal um evento esportivo é um evento mundial, todo mundo, os olhos estão todos postos no Brasil. Então, eu acho que é isso que tem que fazer. Agora, veja bem, até quando há pouco tempo saiu o manual de Garantia da Lei e da Ordem houve muita crítica, dúvida – eu até tive que mandar refazer uma parte, porque eu achei que o vocabulário talvez fosse mal compreendido – muita gente pensa ou está implícito que os militares estão loucos pra fazer essas coisas. Ao contrário. É claro que eles não recusam, eles obedecem, tem missão é pra cumprir, e cumprem muito bem. Agora, muitas vezes não é agradável fazer essas missões, pois temos limitações, porque também os militares não foram feitos pra isso, não são polícia, propriamente. É uma situação que só pode ser temporária – a própria Constituição estipula que é pra ser temporária e extraordinária. Então eu acho que nesses casos que você perguntou é a medida certa, não temos nos furtado a estar presente, e nem poderia a situações como foram do Alemão, da Maré e a várias outras. Agora, nós não queremos de jeito nenhum e as Forças Armadas não querem, eles próprios não querem, situações que só causam desgaste no final das contas. É uma função diferente

Miriam: E aí como eles pensam no papel deles? No Brasil de hoje, é só as questões das fronteiras? O que é exatamente?

Ministro: Muito fronteira. O Brasil tem 17 mil quilômetros de fronteiras, eu acho que é a terceira fronteira do mundo. Se meus dados da época do Ministério das Relações Exteriores não estão errados, eram só a Rússia, China e o Brasil. E sendo que, no caso do Brasil, com uma quantidade enorme de países. Então isso tem que ser visto, não que tenhamos inimizade com esses países, mas podem acontecer as coisas mais diversas, bando armados, traficantes e isso tem que ser policiado. E isso é uma coisa que só a polícia não pode fazer, a polícia tem os postos específicos, a fronteira é uma coisa muito importante. O mar, nós temos uma riqueza imensa com o petróleo no mar, precisamos estar bem equipados, é o que justifica inclusive a existência do Submarino de propulsão nuclear. E o nosso espaço aéreo que nós também temos que defender um país com uma área como a do Brasil. As pessoas dizem “isso nunca vai acontecer”, “o Brasil não tem inimigos”. Mas eu não sei. Na Segunda Guerra Mundial, nós também não tínhamos a rigor inimigos previamente, independentemente do que eu ou você pensemos das ideologias da época. Na época não tínhamos e acabamos tendo que entrar na guerra, por uma razão ou por outra. Espero que isso nunca mais aconteça, mas, pra não acontecer, temos que ter a capacidade de dissuadir, porque senão, alguém que esteja procurando recursos naturais, temos muitos, petróleo, fontes de energia, alimentos, biodiversidade, água, etc, nós temos que ter uma postura pra dizer assim, “olha não vem que não tem. É isso”.

Miriam: Ministro, uma questão que sempre me preocupa é o fato de que os colégios militares, nos seus currículos, dão uma versão nos acontecimentos recentes no Brasil de acordo com o que se pensava na época da ditadura, não com o de acordo com o que se pensa agora, no Estado Democrático de Direito. Isso preocupa o Senhor?

Ministro: Olha, eu acho que isso está mudando também. Eu acho que nós conseguimos, há pouco tempo, a inclusão de disciplinas de direitos humanos em todos os níveis das escolas militares, das mais altas – acho inclusive que a Escola Superior de Guerra está ampliando essa parte, com o que tem na Constituição, nas Convenções Internacionais que o Brasil estudou, o currículo é baseado nisso. Agora, eu acho que pode evoluir. Eu acho que o que você está mencionando especificamente que são talvez alguns livros dos colégios militares, é uma coisa que me preocupa também, eu acho que tem que mudar. Eu acho que a discussão tem que ser feita, eu acho que na realidade tem que ser os livros apoiados pelo MEC. Os colégios militares são excelentes colégios, que aprovam um grande número de pessoas para a Universidade. Volto a dizer: você poderia dizer, “o senhor não pode dar uma ordem?”. Posso, mas eu acho que eu prefiro convencer, porque eu acho que isso tem maior durabilidade, aprendi isso na

diplomacia. E por isso eu chamei para ser o Diretor de ensino, saúde, esporte, etc., um general que era chefe geral do Estado Maior do Exército e que tem muita capacidade também e poderá trabalhar no convencimento de incluir essas disciplinas de direitos humanos em todas as escolas. Veja bem, os livros indicados pelo MEC fazem parte também do currículo. Existe uma coleção paralela de uma fundação o que eu acho que não tem mais cabimento, concordo com você plenamente sobre isso. Agora, acho que convencimento é melhor do que uma ordem estrita.

Miriam: Ministro, o Senhor acha que em algum momento as Forças Armadas Brasileiras vão se deixar convencer a pedir desculpas para o País pelos crimes cometidos na Ditadura para que eles não se repitam mais?

Ministro: Essa é uma questão complicada. Não sei, eu acho que talvez. Eu volto a dizer que o grande input pra isso, o grande subsidio pra isso vai ser o próprio relatório da Comissão da Verdade – o tratamento que ele vai ter e a maneira que ele vai ser recebido pela sociedade. Agora, aí você tenha um conflito entre duas concepções. Uma, que foi um pouco essa que eu te dei, que as Forças Armadas de hoje não são a de ontem, então talvez elas não tenham que pedir desculpas por algo que não tenham sido feito por elas, não sei. Eu também já fui Ministro das Relações Exteriores, e se eu tivesse que pedir desculpas de tudo o que tivesse sido feito pelo Itamaraty, inclusive no tempo da Ditadura, talvez fosse complicado pra mim. Acho melhor você ir mudando a prática e deixar aquilo para quem tem que ver, que é Judiciário, Congresso, a Sociedade analisar, mas não sei, talvez fosse bom pra eles.

Miriam: Ministro, obrigada por me receber aqui. Eu volto na semana que vem